

Bancos credores acham que acordo não deve sair já

Nova Iorque — O Brasil e os representantes dos bancos credores reiniciaram ontem à tarde, em Nova Iorque, mais uma rodada de negociações sobre a dívida externa brasileira. Pouco antes do início do encontro, o negociador brasileiro, embaixador Jório Dauster, que estava acompanhado do conselheiro da embaixada brasileira em Washington, João Almino, negou que haja qualquer intenção do governo retirar o aval do Tesouro sobre parte da dívida. Alguns credores, no entanto, afirmaram que a possibilidade da retirada do aval do Brasil sobre parte da dívida contraída por empresas públicas, Estados e municípios certamente dominaria as discussões destes três dias de reuniões.

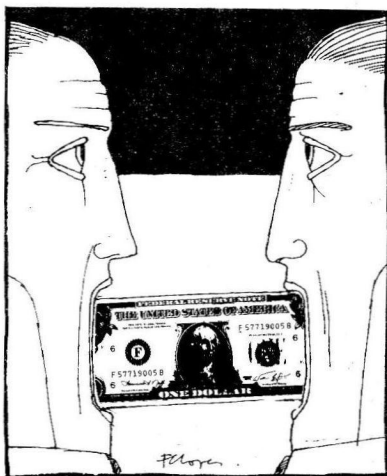
A reunião começou às 14h45 (17h45 de Brasília) e poucos acreditavam que teria um resultado conclusivo. Segundo observadores, os próprios banqueiros, um pouco céticos sobre os resultados desta rodada de conversações (que prossegue hoje e amanhã), mandaram representantes menos importantes.

Bom nome

Segundo fontes do governo norte-americano e do comitê de bancos, o gesto brasileiro de ameaçar retirar o aval sobre parte da dívida foi mal recebido pelos credores e estes insistirão que o governo honre a garantia da República que foi estendida à maioria desses empréstimos. "A pergunta que os bancos estão se fazendo é que o valor tem o bom nome do Brasil num contrato" — disse um contrariado integrante do comitê de bancos. "Quando garantiu os empréstimos, o governo brasileiro assumiu a responsabilidade de honrar o pagamento caso ele não fosse efetuado pelo devedor", disse a fonte.

Apesar disso, a equipe de negociação inicia esta nova etapa com os credores numa posição um pouco mais confortável da que esteve nos três encontros anteriores. O fato de o governo ter oferecido um pagamento de juros atrasados e a pressão por boas notícias criada pela proximidade da visita do presidente George Bush ao Brasil, na semana que vem, levaram a uma arrefecimento da forte pressão oficial a que o país esteve sujeito nas últimas semanas.

Ontem o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), aprovou um empréstimo de US\$ 250 milhões para o Banco Nacional de



Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que os Estados Unidos haviam barrado no início do mês para forçar o Brasil a adotar uma posição mais flexível diante dos bancos. Hoje, o Banco Mundial deve autorizar mais dois empréstimos, no total de US\$ 450 milhões, que haviam sido postos na mesma situação por iniciativa do governo japonês. O Eximbank americano também formalizou nos últimos dias a oferta de um empréstimo de US\$ 178 milhões à Embratel para compra de satélites de telecomunicações da Hughes Aircraft Corporation.

Em Londres, as informações são de que a mudança na chefia do governo britânico não deverá alterar em nada a posição da Grã-Bretanha com relação aos problemas do Brasil para renegociar a sua dívida com a comunidade financeira internacional. Como Margaret Thatcher, John Major acha que o governo brasileiro "precisa oferecer algo de mais sólido" na questão dos juros atrasados, "se quiser ser tratado com maior boa vontade e ver a situação resolvida logo, para a sua própria tranquilidade".

Banqueiros, analistas e jornalistas que cobrem as atividades da city, ouvidos pela Agência Estado, manifestaram todos a mesma opinião. No ministério do Tesouro, seus porta-vozes preferiram não fazer qualquer comentário, alegando que seria "pouco apropriado" no momento. Mas um deles, insistindo que não falavam em nome do governo, disse: "Não é a política britânica em relação ao Brasil que precisa mudar, mas a posição do Brasil nas suas relações com os bancos". (Paulo Sotero e José Carlos Santana, da A.E)